



AÇÃO PREVENTIVA À GESTAÇÃO NA ADOLESCÊNCIA ENTRE ESTUDANTES DE UMA ESCOLA DE REFERÊNCIA DO ENSINO MÉDIO, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE PAUDALHO/PE

ARTIGO ORIGINAL

SANTANA, Magda Rebeca da Conceição¹, MENDONÇA, Diogo Falcão Pereira de², MORAIS, Elton Santos Guedes de³, ARAUJO, Vinicius Breno Silva de⁴, SOARES, Anísio Francisco⁵

SANTANA, Magda Rebeca da Conceição. Et al. **Ação preventiva à gestação na adolescência entre estudantes de uma escola de referência do ensino médio, localizada no município de Paudalho/PE.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 04, Vol. 08, pp. 22-39. Abril de 2022. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/acao-preventiva>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/acao-preventiva

RESUMO

A gestação na adolescência é um problema prevalente que aumenta demasiadamente o risco para adolescentes, podendo acarretar o abandono escolar, a morbidade e a mortalidade materna. Essa situação decorre, dentre outros fatores, da falta de informações e comunicação com os adolescentes sobre a sexualidade e, consequentemente, sobre a gestação. Assim sendo, o presente artigo visou responder: como contribuir para a redução das altas taxas de gestação precoce na adolescência? Este trabalho objetivou demonstrar o desenvolvimento de uma ação preventiva para redução das taxas de gestação na adolescência. A ação foi desenvolvida entre os alunos do segundo e terceiro ano do ensino médio da EREM Herculano Bandeira, localizada no município de Paudalho / PE. A pesquisa teve três fases distintas, porém complementares. A primeira etapa consistiu em realizar a coleta de dados teóricos acerca da gestação na adolescência, suas consequências e como preveni-la, para tanto foi elaborado um questionário investigativo sobre o tema. Na segunda etapa foram aplicados, de forma remota, por meio de um *google forms*, o questionário investigativo entre os estudantes, sendo respondido por 59 estudantes. Na terceira etapa, foram realizadas as palestras e oficinas com distribuição dos *folders* e exposição dos cartazes. Para esta fase, foi essencial o tratamento estatístico dos dados obtidos a partir do questionário, sendo as oficinas e palestras direcionadas para os temas onde foi identificado maior desconhecimento entre os jovens. Os resultados mostraram que, embora mais de 80% dos alunos achem que a gestação inesperada



na adolescência seja preocupante e que gera um alerta, falam pouco sobre o tema com a família e, apenas 25%, responderam que julgam ter um nível alto de conhecimento com temas relacionados à sexualidade e comportamento sexual de risco. Conclui-se que ações de sensibilização em ambiente escolar sobre formas seguras de prevenção da gestação não programada podem ser uma excelente estratégia tendo em vista ser o local onde encontra-se o público-alvo em sua maioria.

Palavras-chave: Conscientização, Gestação, Puberdade, Sexualidade, Vulnerabilidade.

INTRODUÇÃO

A adolescência é a etapa da vida compreendida entre a infância e a fase adulta, marcada por um complexo processo de crescimento e desenvolvimento biopsicossocial. A Organização Mundial de Saúde - OMS (1965) e o Ministério da Saúde - MS (2014) estabelecem a adolescência como o período entre 10 a 19 anos. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990), pela Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, considera criança, a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescentes aquelas entre 12 e 18 anos de idade.

A puberdade constitui uma parte da adolescência caracterizada, principalmente, pela aceleração e desaceleração do crescimento físico, mudança da composição corporal, eclosão hormonal, evolução da maturação sexual, fatores que entre outras coisas podem levar os adolescentes a busca de uma prática sexual sem estar ciente dos riscos que pode haver. A Puberdade é um parâmetro universal, ocorrendo de maneira semelhante em todos os indivíduos, já a adolescência é um fenômeno singular caracterizado por influências socioculturais que vão se concretizando por meio de reformulações constantes de caráter social, sexual e de gênero, ideológico e vocacional (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007).

Segundo a edição de 2015 da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2016, a escola é um ambiente de grande influência na formação do indivíduo, cuja vivência é crucial para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional. Portanto, constitui o *locus* privilegiado para o monitoramento de fatores de risco e proteção dos escolares,



visto que é o local com maior concentração de jovens brasileiros. De acordo com o censo escolar 2021 divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), foram contabilizadas 46,7 milhões de matrículas nas 178,4 mil escolas de educação básica no Brasil, deste quantitativo aproximadamente 12 milhões de alunos frequentam os anos finais do ensino fundamental que vão do 6º ao 9º ano, que compreendem geralmente alunos dos 11 aos 14 anos, nessa faixa etária o atendimento é de que 99,3% frequentam a escola. Foram registradas 7,77 milhões de matrículas no ensino médio, e de acordo com os dados divulgados 92,5% da população de 15 a 17 anos frequentam escola. Embora haja uma queda no quantitativo de alunos frequentando a escola no ensino médio, podemos ver que grande parte dos adolescentes brasileiros estão devidamente matriculados, tornando a escola um local propício para ações preventivas e divulgação de informações.

É sabido que de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) a Educação Sexual (1998) e tudo que a engloba deve ser inserida como um tema transversal, ou seja, como um assunto ministrado no interior das várias áreas de conhecimento, perpassando cada uma delas. Assim, ela pode ser ensinada nas aulas de Língua Portuguesa, História, Geografia, Matemática, Ciências Naturais, Arte, Educação Física e Língua Estrangeira. É função da escola, ensinar sobre sexualidade para os alunos, não que os pais, na maioria das vezes, não saibam fazê-lo; não apenas porque existem problemas sociais ligados à vivência da sexualidade, como gestação na adolescência e contaminação por Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's); mas, sobretudo, porque é função da escola como parte do processo de formação integral do educando (DAMICO, 2007).

Diante dessas transformações biopsicossociais, os adolescentes podem vivenciar práticas sexuais inseguras por falta de informação, e pela falta de comunicação com os familiares devido a tabus ou medo de compartilhar suas experiências sexuais com a família (GENZ et al., 2017). Nem todas as escolas têm um programa de educação sexual para esses adolescentes, nesse contexto, podemos destacar os riscos da gestação precoce na adolescência. A gestação na adolescência é um problema prevalente que aumenta demasiadamente o risco de morbidade e mortalidade



materna, assim como pode acarretar problemas para o recém-nascido. Em países subdesenvolvidos, é estimado que 21 milhões de meninas entre 15 e 19 anos engravidam, sendo a principal causa de morte nessa faixa etária. No Brasil, entre 2000 e 2010, 21% de todos os nascimentos eram provenientes de mães adolescentes (PINHEIRO et al., 2019).

O Brasil hoje possui uma das maiores taxas de mães adolescentes da América Latina. O relatório conjunto publicado em 2018 pela Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF/OMS) e UNFPA/OMS aponta que na América Latina e no Caribe a taxa de gestação por 1.000 nascidos de mulheres entre 15-19 anos é estimada em 65,5 nascimentos, e no Brasil esse número chega a 68,4. Apesar de apresentar uma taxa de gestação na adolescência acima da média latino-americana, o Brasil teve avanços nas últimas duas décadas. Entre 2000 e 2019, segundo registro no Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC), houve uma redução de 55% no número de bebês nascidos de mães adolescentes (15-19 anos) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021).

Embora tenha apresentado queda nos índices de gestação na adolescência nos últimos anos, o Brasil ainda está acima da média mundial e tem registrado altas taxas de gestação precoce em relação a outros países, inclusive entre as menores faixas etárias. De acordo com dados do MS reunidos pelo UNFPA no ano de 2021, são mais de 19 mil nascidos vivos por ano de mães com idade entre 10 a 14 anos. De acordo com o relatório sobre a Situação da População Mundial do Fundo de População da ONU, o Brasil tem uma taxa de fecundidade geral (que engloba diversas faixas etárias) baixa, de 1,7 filhos por mulher, se comparada à média mundial, que é de 2,5, no entanto a fecundidade específica na adolescência no país, está acima da média mundial: são 53 adolescentes grávidas a cada mil, enquanto no mundo são 41. As consequências mais gerais da gestação não intencional na adolescência, especialmente em contextos de políticas públicas pouco abrangentes, costumam incluir a interrupção ou o abandono escolar, o atraso ou a inserção não qualificada no mundo do trabalho e uma continuidade do ciclo intergeracional de pobreza e desigualdade. Meninas de famílias com menos renda, com os níveis mais baixos de



escolaridade, e de comunidades indígenas e afrodescendentes, são desproporcionalmente afetadas pela gestação precoce (UNFPA BRAZIL, 2021).

Tal contexto evidencia a necessidade de acompanhamento da situação de saúde de adolescentes, objetivando prover informações que reflitam a complexidade e a dinâmica de mudanças a que está sujeito esse grupo etário. Essa é uma realidade que está presente na escola e no dia a dia dos estudantes, sendo necessárias intervenções que abordem este tema e que os previnam, mas que não sejam apenas vistas pelos adolescentes como mais uma informação, mas algo que os façam refletir sobre os impactos de suas decisões e o quanto é essencial buscar um projeto de vida. Assim sendo, o presente artigo tem como questão norteadora: como contribuir para a redução das altas taxas de gestação precoce na adolescência? O presente trabalho teve como objetivo demonstrar o desenvolvimento de uma ação preventiva para redução das taxas de gestação na adolescência entre os alunos da Escola de Referência em Ensino Médio (EREM) Herculano Bandeira, localizada em Paudalho / PE.

METODOLOGIA

O projeto foi desenvolvido entre os alunos do segundo e terceiro ano do ensino médio da EREM Herculano Bandeira, localizada na Rua Marechal Deodoro, 780 Centro, CEP: 555825-000 Paudalho / PE. O município pernambucano chamado Paudalho está localizado na zona da mata norte do estado, possui 56.506 habitantes, uma densidade demográfica de 203,6 habitantes por km², situado a 86 metros de altitude, tendo as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 7° 53' 31" Sul, Longitude: 35° 10' 37" Oeste, distante 44,1 km do Recife, capital do estado.

A ação foi desenvolvida em três fases distintas, porém complementares. A primeira fase teve início com a coleta de dados teóricos acerca da gestação na adolescência e suas consequências, onde através de plataformas como Google acadêmico, portais oficiais do governo como o Ministério da Saúde e da Educação foi possível a elaboração do questionário investigativo sobre gestação na adolescência, também foram elencadas práticas pedagógicas interativas. Na sequência do planejamento,



realizaram-se a produção de cartazes e *folders* seguindo a temática, obtenção de preservativos (femininos e masculinos) e outros métodos contraceptivos, que foram disponibilizados pela Secretaria de Saúde do município de Paudalho para uso posterior nas oficinas. Na segunda etapa foi realizada a aplicação remota do questionário investigativo entre os estudantes, através da plataforma *google forms*, que é um aplicativo gratuito disponibilizado pela empresa google, que pode criar formulários, por meio de uma planilha no Google Drive (MOTA, 2019). Participaram do questionário 59 estudantes, que ficou disponível do dia 25 de agosto até o dia 10 de setembro de 2021 no qual confere questões, entre elas alternativas de múltipla escolha e dissertativas. A Terceira e última etapa envolveu o tratamento estatístico dos dados obtidos através do questionário online, seguido da realização de palestras associadas às oficinas voltadas para as questões onde os jovens ao responderem demonstraram maior desconhecimento, distribuição dos *folders* para consultas futuras, preservativos aos interessados e exposição dos cartazes interativos.

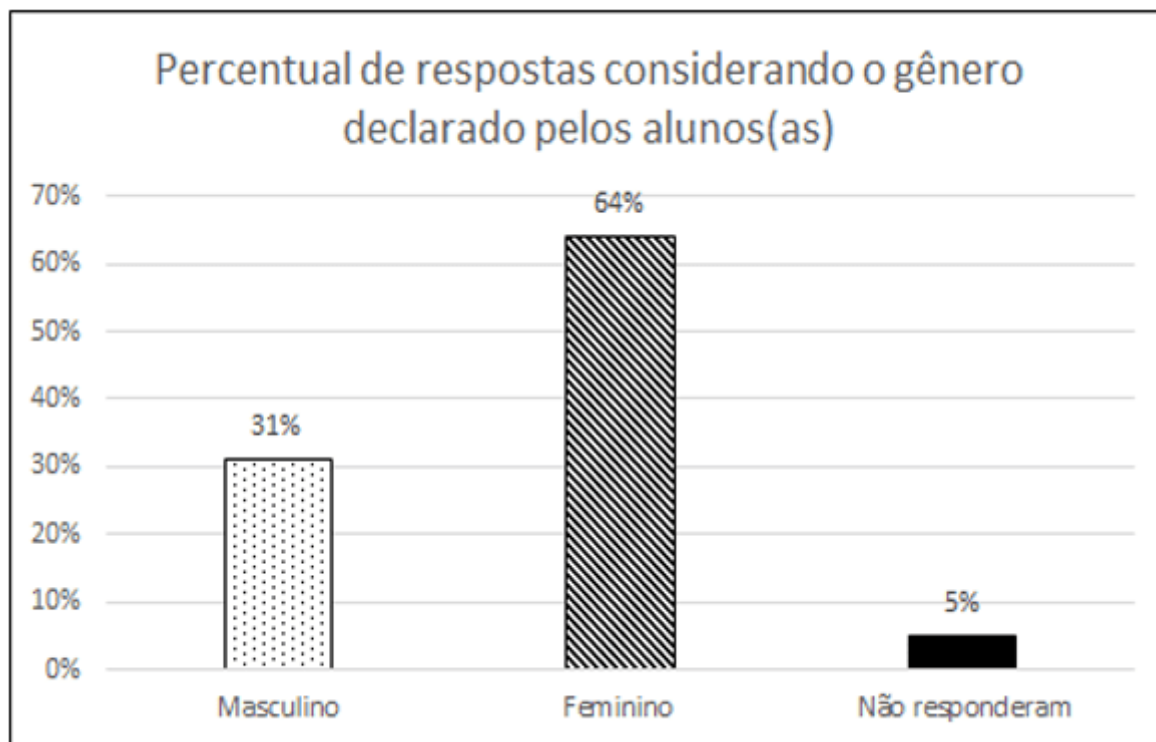
RESULTADOS E DISCUSSÕES

APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO INVESTIGATIVO

O questionário investigativo foi empregado em um caráter diagnóstico e investigativo a fim de promover na etapa seguinte, oficinas, uma prática preventiva mais objetiva e interativa, focando os pontos em que apresentaram respostas mais dispersas o que indicam possíveis dúvidas e/ou desconhecimento. Duas questões foram a caráter identificatório de gênero e faixa etária, no qual destacam-se 64% das respostas sendo do público feminino e 31% do masculino (Figura 1), além do intervalo de idades em que variaram mais dos 15 aos 18 anos, com maior "índice", alcançando os 34%, dos que tinham 17 anos (Figura 2).

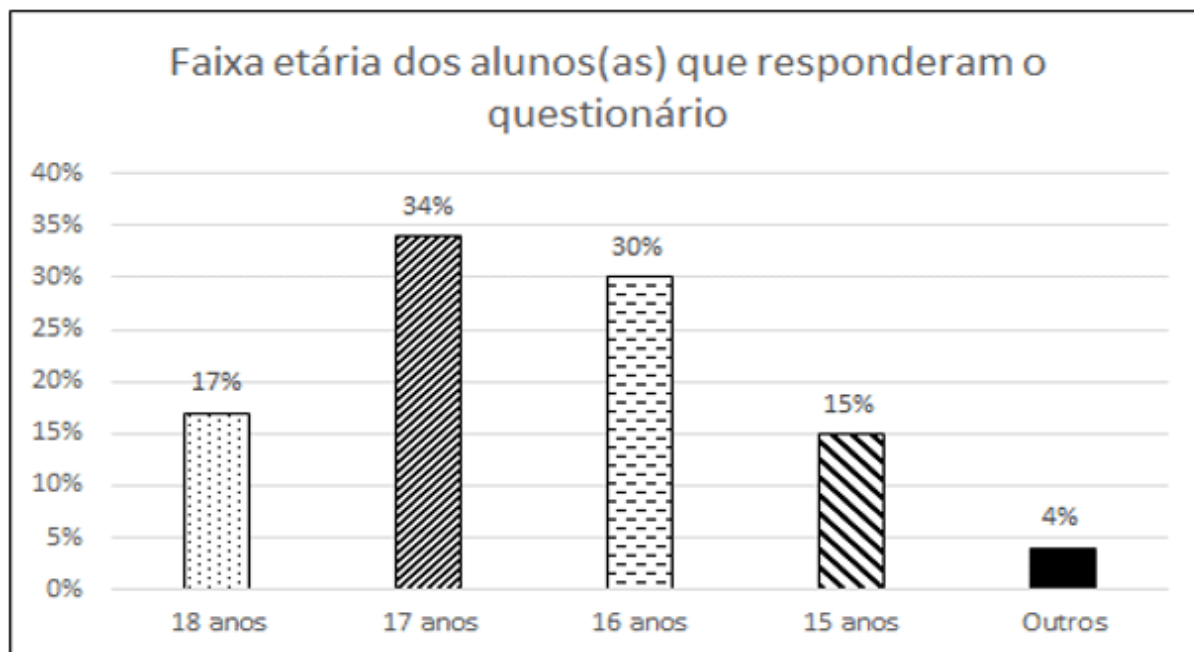


Figura 1. Apresenta as respostas dos/as estudantes acerca do gênero declarado por eles, expresso em percentual.



Fonte do gráfico: próprio autor.

Figura 2. Dados referentes às respostas dos/as estudantes sobre sua faixa etária, expressa em percentual.

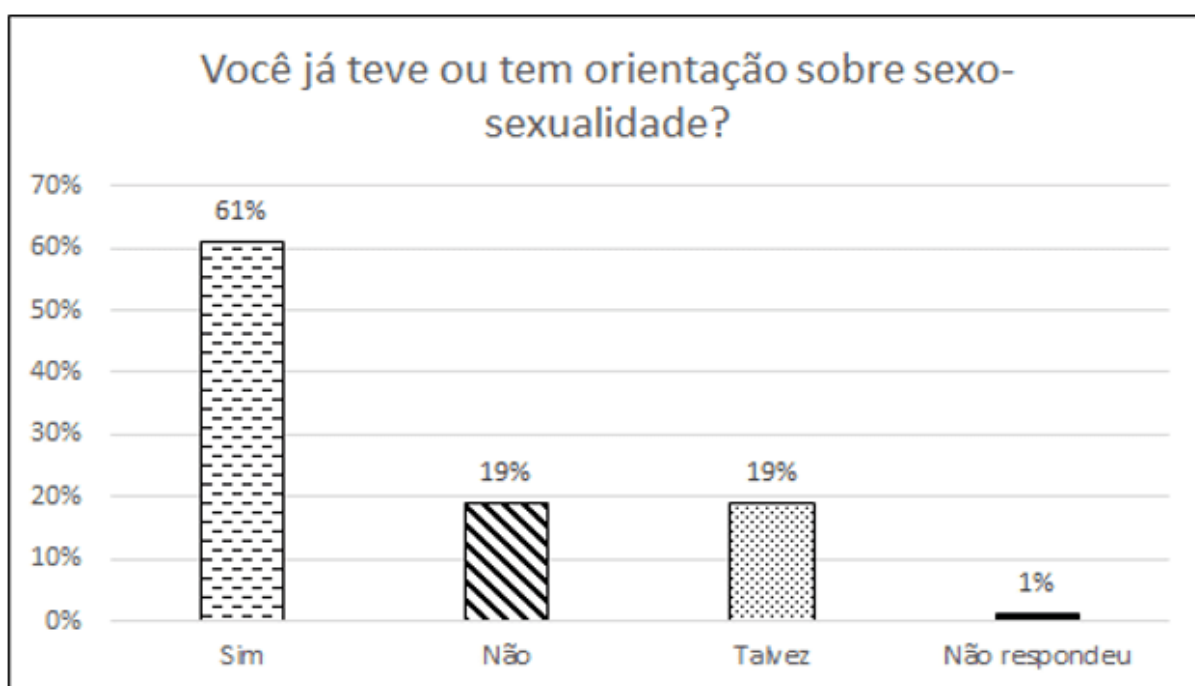


Fonte do gráfico: próprio autor.

Foi perguntado se já tiveram ou tem orientação sobre sexo/sexualidade, 61% afirmaram que sim, 19% talvez, 19% afirmaram que não e 1% não respondeu (Figura 3). Questionados também quanto a quem cabe prevenir-se para evitar a gestação e IST's na adolescência, 87% responderam ambos os sexos, 6% responderam mulheres, 5% homens e 2% nenhum (Figura 4). Esses dados demonstram que ainda se faz necessário haver uma divulgação acerca dessa temática pois dos que responderam ao questionário quase 40% não recebem orientação sexual adequada, muitos adolescentes afirmam possuir conhecimentos sobre o tema, porém esse saber está relacionado mais a questão biológica do que com temas mais aprofundados da Educação Sexual como sexualidade, doenças, gênero etc. (VIÇOSA et al., 2020). Grande parte dos que responderam o questionário têm ciência do papel que cada um tem na relação sexual ao responderem que ambos os sexos são responsáveis por evitar a gestação e IST's. Porém, quando perguntados sobre que nível de conhecimento julgam possuir com temas relacionados à sexualidade e comportamento sexual de risco, apenas 25% responderam que julgam ter um nível

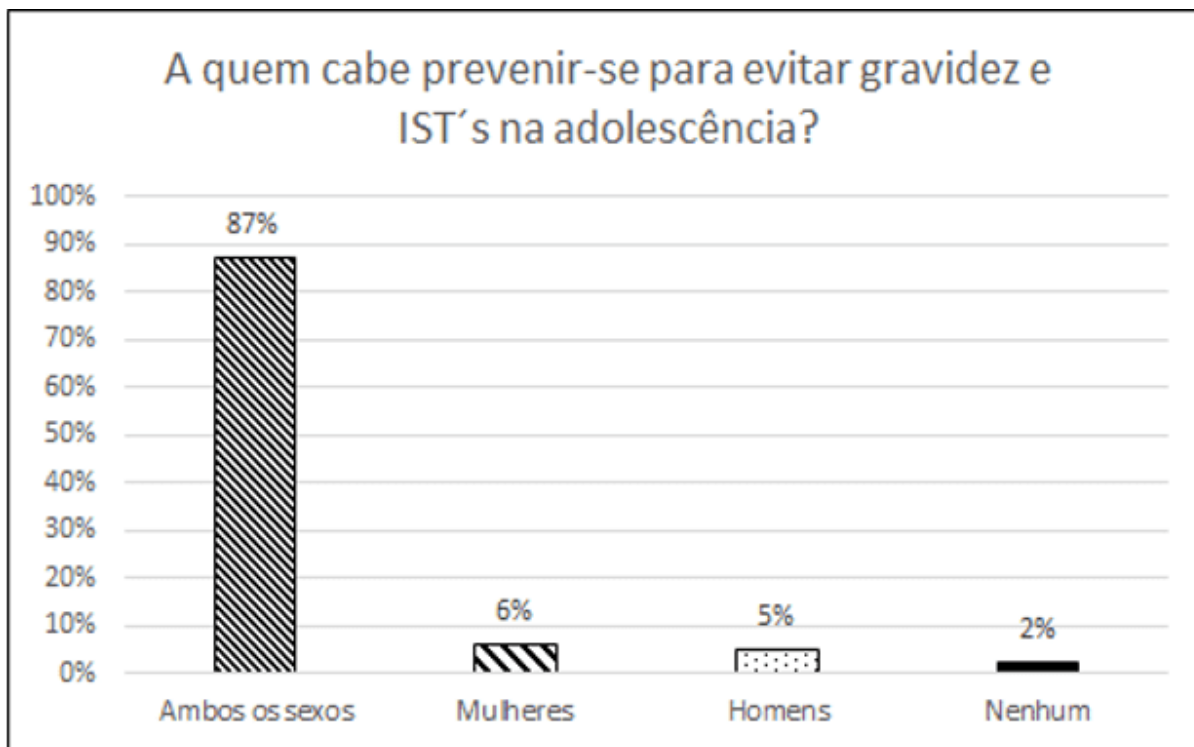
alto, 59% responderam ter um nível médio, 15% baixo e 1% não souberam responder (Figura 5). Entretanto é válido ressaltar que a sexualidade é comumente associada ao ato sexual em si e a IST's, todavia, esta relação entre sexo e sexualidade é resultado de uma educação que ainda prioriza o corpo como um aparato puramente biológico. A abordagem fisiológica produz um tom de neutralidade e cientificidade sobre a complexidade de temas que, uma vez debatidos, podem desestabilizar tanto educadores como familiares. O tabu, que ainda envolve a sexualidade e a crença de que falar sobre o tema estimula a curiosidade e antecipa práticas sexuais, podem ser alguns dos aspectos relacionados ao desconforto em lidar com a temática (EW et al., 2017).

Figura 3. Apresenta dados referentes às respostas dos/as estudantes sobre se já tiveram ou tem orientação sobre sexo/sexualidade, expressa em percentual.



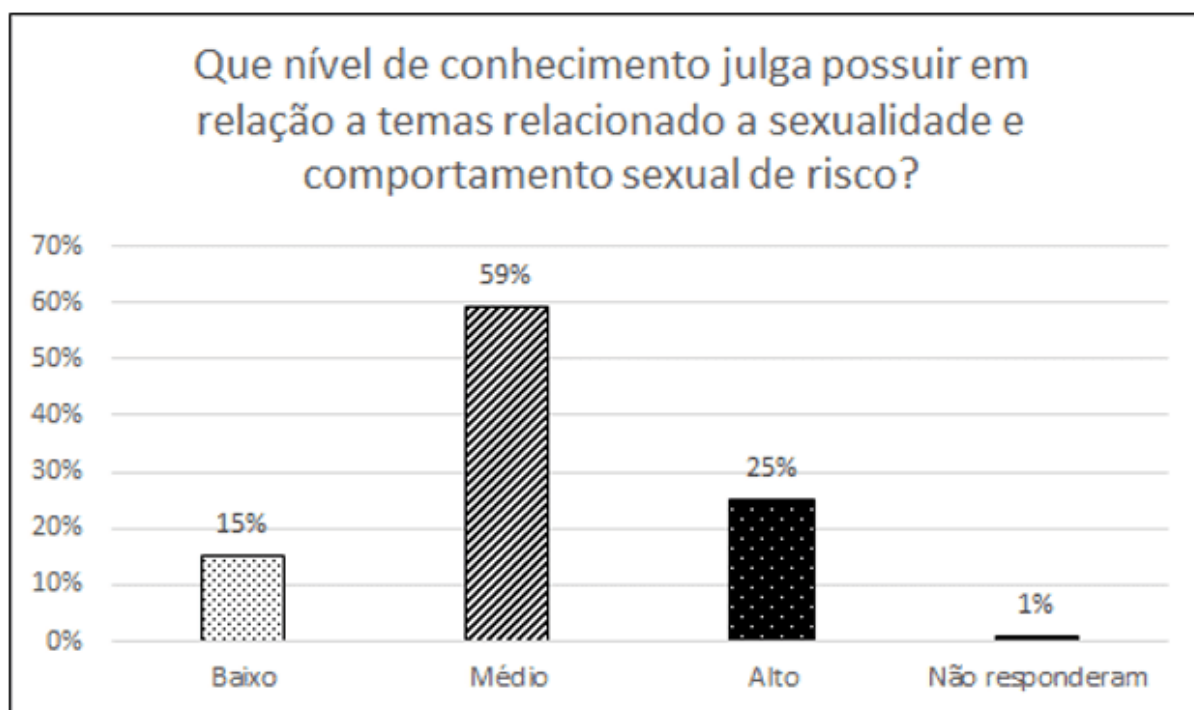
Fonte do gráfico: próprio autor.

Figura 4. Dados referentes às respostas dos/as estudantes sobre a quem cabe prevenir-se para evitar gestação e IST's na adolescência, expressa em percentual.



Fonte do gráfico: próprio autor.

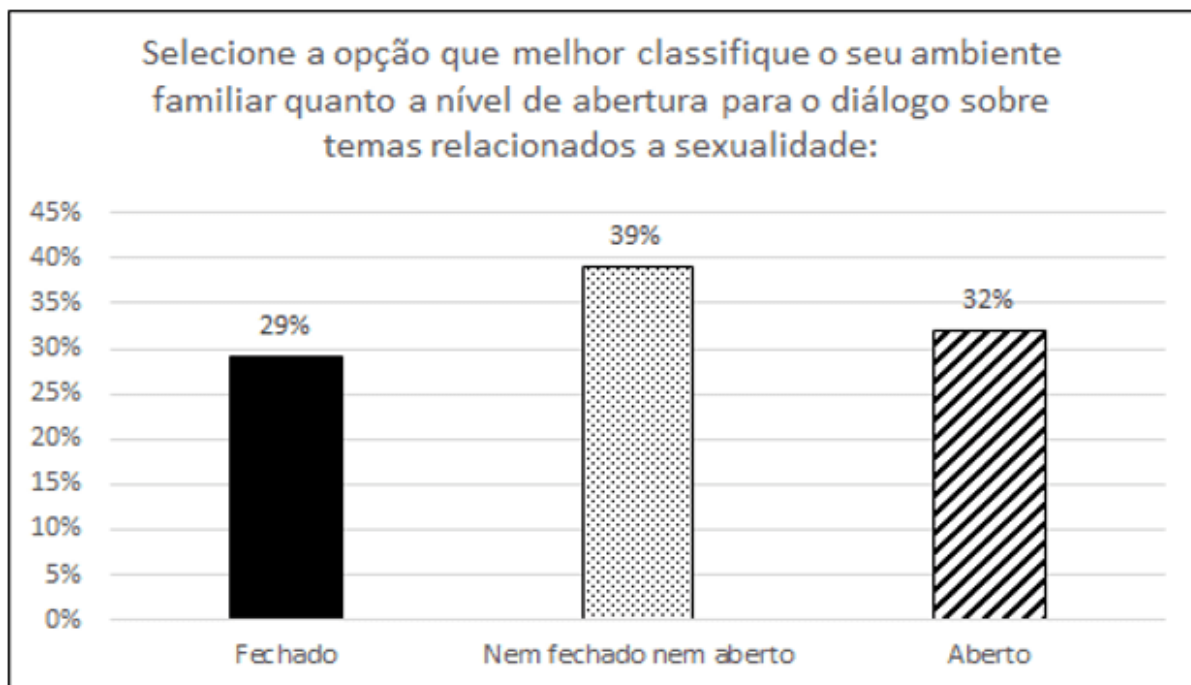
Figura 5. Dados referentes às respostas dos/as estudantes sobre que nível de conhecimento julgam possuir em relação a temas relacionados à sexualidade e comportamento sexual de risco, expressa em percentual.



Fonte do gráfico: próprio autor.

Sobre o nível do ambiente familiar quanto a abertura para o diálogo a respeito de temas relacionados à sexualidade, 32% dos estudantes responderam que tem um ambiente familiar aberto para esse tipo diálogo, 39% responderam nem fechado nem aberto, 29% responderam que possuem um ambiente fechado para esse tipo de diálogo (Figura 6). Esses dados deixam claro mais uma vez que a sexualidade é um tema delicado a ser tratado entre pais e filhos, em estudo realizado por Savegnago e Arpini (2013) no estado do Rio Grande do Sul destacou-se a dificuldade que há de os pais abordarem temas de sexualidade com adolescentes, seja por vergonha de conversar sobre essas questões de ambas as partes ou ainda o fato de que esses pais talvez não tenham tido esse tipo de conversa com seus próprios pais.

Figura 6. Apresenta dados referentes às respostas dos/as estudantes sobre o nível de abertura para o diálogo de temas relacionados à sexualidade em seu ambiente familiar, expressa em percentual.



Fonte do gráfico: próprio autor.

Quando questionados com quem gostam de conversar assuntos relacionados ao sexo, houve uma gama de respostas, destacando o fato de que 34% responderam com o pai e apenas 2% responderam que preferem conversar com a mãe (figura 7). Pode-se destacar que grande parte, ou seja os outros 64% não procuram os pais como primeira opção para conversar sobre o assunto, o que mais uma vez deixa claro a ausência dessas conversas ou até mesmo que elas não são abordadas da melhor forma entre pais e filhos, outra ocorrência interessante é que quanto aos que gostam de conversar com a mãe ou o pai, o pai é a quem mais procuram, podendo-se notar uma diferença se comparado a estudo realizado por Borges; Latorre e Schor (2007) com 383 adolescentes, que teve como objetivo analisar os aspectos individuais e familiares relacionados ao início da vida sexual. Eles verificaram que há uma baixa proporção de adolescentes que afirmam ter espaço para conversar com seus genitores sobre assuntos relativos a sexo e que existe maior abertura com a mãe do que com o pai.

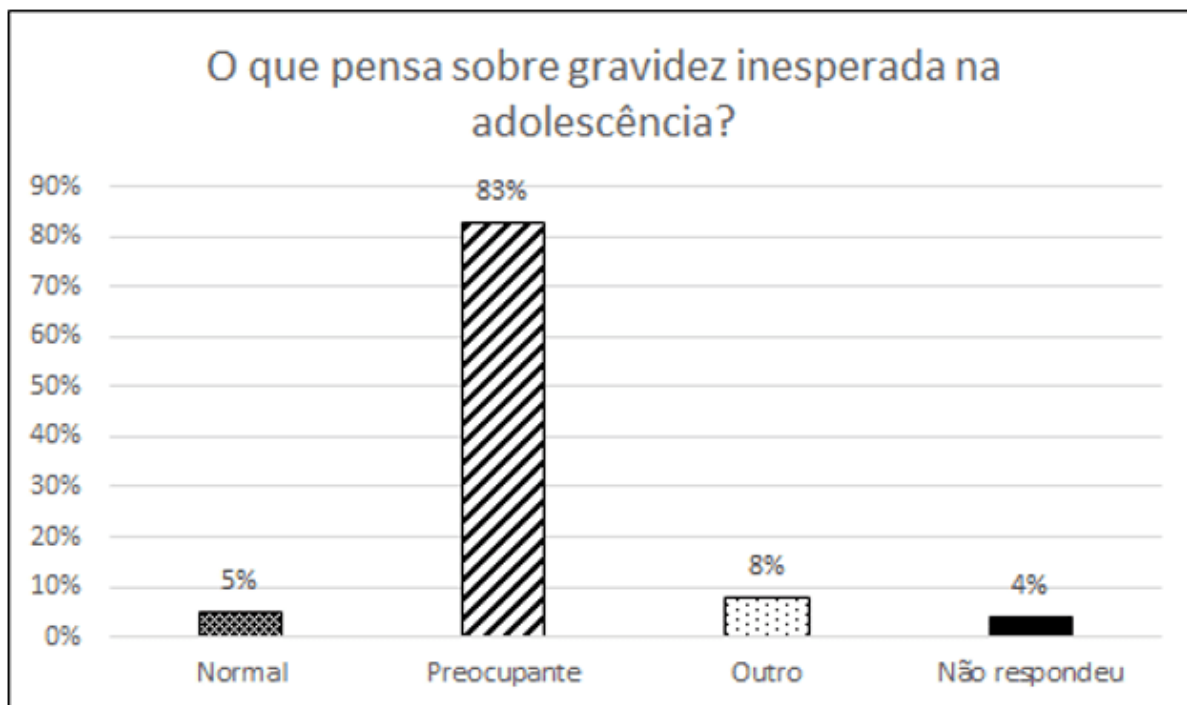
Figura 7. Apresenta dados referentes às respostas dos/as estudantes sobre com quem gostam de conversar assuntos relacionados ao sexo, expressa em percentual.



Fonte do gráfico: próprio autor.

Além disso, foi perguntado aos estudantes o que pensam sobre gestação inesperada na adolescência, a maioria 83% responderam que é preocupante e que gera um alerta (Figura 8). Com os dados pode-se perceber que esses estudantes sabem que a gestação na adolescência é algo que não deve ser ignorado. Entretanto é sabido que no Brasil, as trajetórias dos jovens são bastante heterogêneas, de acordo com fatores sociofamiliares e em suas classes sociais distintas, sobretudo pela associação com nível de escolaridade e inserção no mercado de trabalho. Nas classes mais baixas, observa-se, mais frequentemente, a interrupção precoce dos estudos e a inserção (ainda que precária) no mercado de trabalho, associadas à precariedade das condições de vida, onde se salienta que entre as meninas de contextos fortemente marcados por desigualdades sociais, a descontinuidade da escolarização pode anteceder a ocorrência de gestação ou nascimento de um filho (NASCIMENTO et al., 2014).

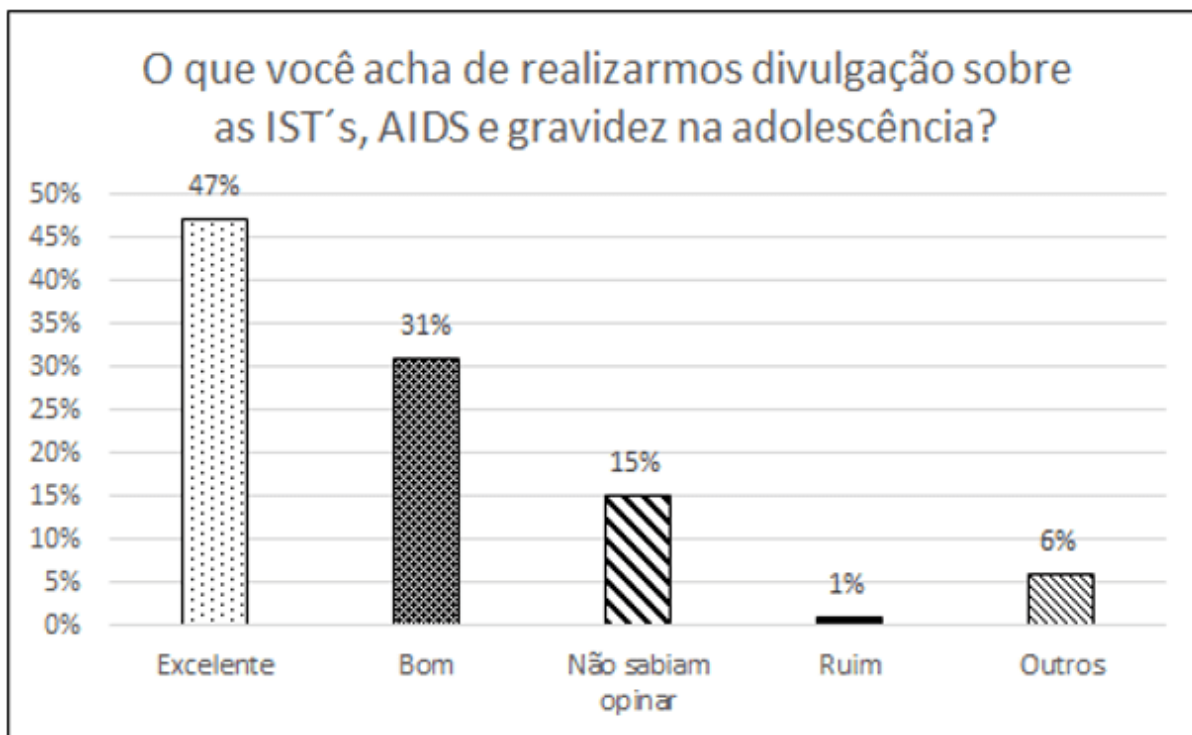
Figura 8. Dados referentes às respostas dos/as estudantes sobre o que pensam sobre gestação inesperada na adolescência, expressa em percentual.



Fonte do gráfico: próprio autor.

Foi perguntado o que achavam sobre realizarmos a divulgação das IST's, AIDS e gestação na adolescência, 47% dos estudantes responderam que é excelente, 31% acharam que é bom, 15% não souberam opinar, 6% deram respostas diferentes onde questionavam-se sobre como abordar o conteúdo e 1% respondeu que é ruim (Figura 9). Esses dados vão de encontro com o que Barbosa e Folmer (2019) concluem, de que embora o tema educação sexual ainda seja revestido por tabu, vergonha e polêmica no contexto escolar é atrativo e desperta interesse e curiosidade dos escolares. Essa curiosidade favorece a participação dos escolares na construção do conhecimento para uma sexualidade emancipatória e desprovida de preconceitos e tabus.

Figura 9. Apresenta dados referentes às respostas dos/as estudantes sobre a realização de divulgação sobre as IST's, AIDS e gestação na adolescência, expressa em percentual.

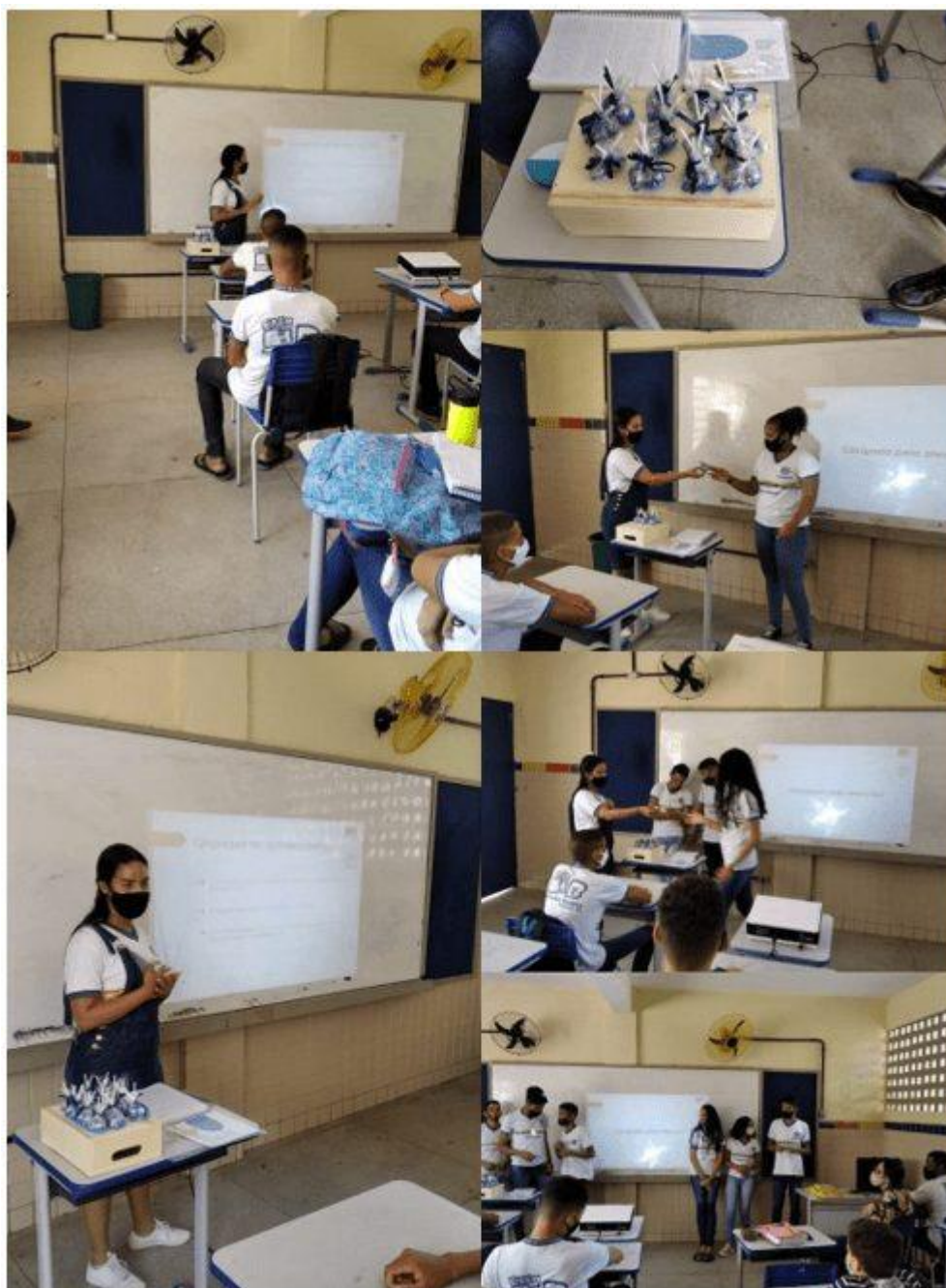


Fonte do gráfico: próprio autor.

AÇÕES INTERVENTIVAS (OFICINAS E PALESTRAS)

Em relação às oficinas, houve uma boa participação e interação dos alunos com o tema, entretanto, devido às dificuldades impostas pela pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 não foi possível atividades em grupo com os estudantes, desta forma, como dinâmica foi utilizado um QUIZ, ao final da explanação sobre gestação na adolescência e métodos contraceptivos (Figura 10). A sexualidade ainda é uma temática pouco discutida, pois ela ainda é um tabu para muitas famílias e até para profissionais, impedindo-os de transmitir informações verídicas acerca do tema para o adolescente (AMARAL et al., 2017).

Figura 10. Apresenta imagens da oficina sobre gestação na adolescência e métodos contraceptivos.



Fonte da imagem: próprio autor.

Em meio a essa problemática sobre como debater a sexualidade e assuntos que englobam o combate a gestação não programada na adolescência, os meios de comunicação cada vez mais têm influenciado na educação sexual e na tomada de decisões, bem como possuem poder de convencimento e distribuem inúmeras



indicações, mas não preparam os jovens e adolescentes para lidar com as consequências do início de uma vida sexual, sendo necessária cautela e uma boa escolha de quais meios podem ser consultado (ANGELO et al., 2021). Reconhecendo-se a escola como um ambiente de aprendizagem, presente na vida dos adolescentes, a reprodução e a sexualidade humanas são temas de interesse e relevância, para abordagem no ambiente escolar, dito isto o desenvolvimento de ações de educação em saúde nos ambientes escolares é algo promissor para a qualidade de vida de crianças e adolescentes conforme preconizado no Programa Saúde na Escola (PSE) (MACHADO et al., 2021). O PSE contribui para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos à saúde e atenção à saúde, visando o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens da rede pública de ensino (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

Entretanto nem todas as escolas possuem seus professores capacitados para o debate sobre sexualidade e todos os pormenores que essa temática abrange como a gestação e tudo que está em volta dela, por conta disso existem programas como o PSE para auxiliar na disseminação de informações sobre o assunto, porém infelizmente ele não consegue abranger a todo o país. Relatos de Suassuna e colaboradores (2020) deixam claro que nem todas as escolas possuem ações de educação realizadas por profissionais de saúde, destacando falhas da ação do PSE sobre a rede pública de Natal/RN, esse relato pode deixar claro que em um país de proporções continentais como o Brasil programas como o PSE podem não atingir a todos que necessitam, fazendo com que trabalhos como esse que buscam uma ação preventiva em escolas, possam fazer a diferença na vida dos adolescentes, pois levam a informação até os alunos contribuindo assim com o Estado para com uma situação de saúde pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi identificada uma grande falta de diálogo sobre sexualidade entre pais e filhos, e consequentemente todos os temas que a cercam, como principalmente a gestação na adolescência. Dessa forma, respondendo a questão norteadora de



pesquisa, o desenvolvimento do presente artigo permitiu concluir que ações de sensibilização em ambiente escolar sobre formas seguras de prevenção da gestação não programada pode ser uma excelente estratégia metodológica, tendo em vista ser o local onde encontra-se o público alvo em sua maioria.

REFERÊNCIAS

AMARAL A. M. S. et al. Adolescência, Gênero e Sexualidade: Uma revisão integrativa. Revista Enfermagem Contemporânea, 6(1), 62–67. 2017. DOI: <https://doi.org/10.17267/2317-3378rec.v6i1.1114>.

BARBOSA L. U.; FOLMER V. Facilidades e Dificuldades da Educação Sexual na Escola: Percepções de Professores da Educação Básica. Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco, v. 9 n. 19 (2019), 221–243. Recuperado de <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/515>.

BORGES, A. L. V.; LATORRE, M. R. D. O.; SCHOR, N. Fatores associados ao início da vida sexual de adolescentes matriculados em uma unidade de saúde da família da zona leste do município de São Paulo, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 1583-1594, jul. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007000700009>.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados, Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

DAMICO FIGUEIRÓ, M. N. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. Revista Linhas, Florianópolis, v. 7, n. 1, 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1323>>. Acesso em: 6 fev. 2022.

EW R. A. S; CONZ J; FARIAS A. D. G. D. O; SOMBRIO P. B. M; ROCHA K. B. Diálogos sobre sexualidade na escola: uma intervenção possível. Psicologia em Pesquisa. 2017;11(2):51-60. DOI: 10.24879/2017001100200155.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. UNFPA Brazil, 2021. Apesar da redução dos índices de gravidez na adolescência, Brasil tem cerca de 19 mil nascimentos, ao ano, de mães entre 10 a 14 anos. Disponível em: <<https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/apesar-da-redu%C3%A7%C3%A3o-dos-%C3%ADndices-de-gravidez-na-adolesc%C3%A4ncia-brasil-tem-cerca-de-19-mil>>. Acesso em 07 de fev. de 2022.

GENZ, N. et al. Sexually transmitted diseases: knowledge and sexual behavior of adolescents. Texto & Contexto - Enfermagem, v. 26, n. 2, 2017.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2015 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 132 p.

MACHADO F. C. de A. et al. Educação em saúde para sensibilizar adolescentes escolares para a vacinação contra o papiloma vírus humanos. Revista Ciência Plural. V. 7, N. 2, 2021; 7(2):177-195, 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Saúde da Escola (PSE). Portal do Ministério da Educação, Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/apresentacao>> Acesso em: 23/01/2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Censo Escolar 2021: Divulgação de resultados. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>> . Acesso em 06 de fev. de 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Marco Legal: saúde, um direito de adolescentes. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Campanha Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. Ministério da saúde, 2021. Disponível em: <<https://aps.saude.gov.br/noticia/11117>> . Acesso em: 06 de fev. de 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Caderneta de saúde do adolescente. 3ª edição 1ª reimpressão Brasília – DF 2014.

MOTA J. DA S. Utilização do google forms na pesquisa acadêmica. Revista Humanidades e Inovação v. 6, n. 12. p. 372-380, Ago. 2019.

NASCIMENTO T. L. C. et al. Fatores associados à variação espacial da gravidez na adolescência no Brasil, 2014: estudo ecológico de agregados espaciais. Epidemiol. Serv. Saúde 30 (1), 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1679-49742021000100003>.

PINHEIRO Y. T; PEREIRA N. H; FREITAS G. D. de M. Fatores associados à gravidez em adolescentes de um município do nordeste do Brasil. Artigo Original, Cad. saúde colet. 27 (4), Oct-Dec 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1414-462X201900040364>.

SAVEGNAGO S. D. O.; ARPINI D. M. Conversando sobre sexualidade na família: olhares de meninas de grupos populares. Cadernos de Pesquisa [online]. 2013, v. 43, n. 150, pp. 924-947. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000300010>>.



SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Infecções sexualmente transmissíveis na adolescência. Departamentos Científicos de Adolescência e Infectologia, Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) Nº 6, Agosto de 2018.

SUASSUNA A. P. et al. Percepções de alunos da rede pública de ensino de Natal/RN sobre a educação em saúde na escola. Revista Ciência Plural, v. 6, n. 2, p. 66–81, 11 jun. 2020.

VIÇOSA, C. S. C. L.; SANTANA, E. B.; VIÇOSA, D. L.; LIMA, Q. C. E.; D'ANDREA, A. M.; SALGUEIRO, A. C. F.; FOLMER, V. Adolescent health and sex education at school: weavings from students' perspectives. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 6, p. e197963613, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i6.3613. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3613>>. Acesso em: 13 feb. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Problemas de salud de la adolescencia : informe de un Comité de Expertos de la OMS [se reunió en Ginebra del 3 al 9 de noviembre de 1964] (1965) . Organización Mundial de la Salud. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/38485>

Enviado: Fevereiro, 2022.

Aprovado: Abril, 2022.

¹ Discente do Ensino Médio. ORCID: 0000-0002-8158-9907

² Mestre em Botânica pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. ORCID: 0000-0001-7380-4235

³ Discente de Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas. ORCID: 0000-0002-7538-4518

⁴ Discente de Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas. ORCID: 0000-0003-4209-3527

⁵ PhD em Bioquímica e Fisiologia, Mestre em Fisiologia, Biólogo. ORCID: 0000-0003-1493-7964